

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E
GESTÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

CPI/ESTG-01/05/2025

PROGRAMA DE CONCURSO

PORTO, 2025



O P.PORTO adota uma conduta na sua atividade segundo os princípios inerentes a um serviço público orientado para a transformação e o progresso, no cumprimento dos mais elevados padrões de ética e de honestidade, com as pessoas no centro da sua atuação e com respeito integral pelo desenvolvimento sustentável do país e do planeta.



ÍNDICE

Artigo 1.º	3
Objeto do concurso	3
Artigo 2.º	3
Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º	3
Decisão de contratar	3
Artigo 4.º	4
Tipo de procedimento	4
Artigo 5.º	4
Esclarecimentos às peças do procedimento	4
Artigo 6.º	4
Erros e omissões	4
Artigo 7.º	4
Preço base	4
Artigo 8.º	5
Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 9.º	7
Apresentação de propostas variantes	7
Artigo 10.º	7
Modo e prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 11.º	7
Critério de adjudicação	7
Artigo 12.º	8
Modelo de Avaliação	8
Artigo 13.º	9
Negociação	9
Artigo 14.º	9
Documentos de habilitação	9
Artigo 15.º	10
Caução	10
Artigo 16.º	10
Agrupamento adjudicatário	10
Artigo 17.º	10
Prazo de manutenção das propostas	10
Artigo 18.º	11
Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto	11
Artigo 19.º	11
Legislação aplicável	11
ANEXO I	12

PROGRAMA DE CONCURSO

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso público tem por objeto principal a aquisição de mobiliário para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, doravante designado por ESTG P.PORTO (Projeto PRR-RE-C06-i04.01-2021_Impulso-Jovens-STEAM), compreendendo os seguintes lotes:
 - Lote 1 - Mesas e cadeiras interior
 - Lote 2 - Quadros magnéticos
 - Lote 3 – Papeleiras
 - Lote 4 - Puffs e Sofás
 - Lote 5 – Armários
 - Lote 6 - Mesas e Cadeiras Exterior
 - Lote 7 - Equipamento/Acessórios de WC
 - Lote 8 - Caixotes lixo
 - Lote 9 - Vaso/Cinzeiros
2. A descrição detalhada do equipamento a fornecer no âmbito do presente procedimento, bem como os prazos de fornecimento, constam do Caderno de Encargos, disponibilizado conjuntamente com o presente Programa do Procedimento.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto (NIF: 503 606 251) abreviadamente designado por ESTG P.PORTO, sito na Casa do Curral, Rua do Curral, 4610-156 Felgueiras, com o número de telefone 255 314 002, fax 255 314 120, com o endereço de correio eletrónico saf@estg.ipp.pt e plataforma eletrónica acinGov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, Luís da Costa Lima, ao abrigo do despacho 1294/2023, publicado na 2.ª série do DR, n.º 18, de 25 de janeiro, de delegação de competências do Senhor Presidente do Instituto Politécnico do Porto nos Presidentes das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico do Porto.

Artigo 4.º

Tipo de procedimento

Concurso Público com publicidade internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º

Esclarecimentos às peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa e caderno de encargos devem ser solicitados por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados por escrito, pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, através da Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nas alíneas anteriores serão disponibilizados pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados e publicitado na Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Erros e omissões

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, através da plataforma acinGov, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.
2. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados, através da plataforma acinGov.

Artigo 7.º

Preço base

1. O preço base para efeitos do presente concurso é de **168.735,55€ (cento e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído por lotes do seguinte modo:

- a. Lote 1 - 110.052,18€ (cento e dez mil, cinquenta e dois euros e dezoito cêntimos);
 - b. Lote 2 - 4.919,25€ (quatro mil, novecentos e dezanove euros e vinte e cinco cêntimos);
 - c. Lote 3 - 1.155,98€ (mil, cento e cinquenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos);
 - d. Lote 4 - 10.674,90€ (dez mil, seiscentos e setenta e quatro euros e noventa cêntimos);
 - e. Lote 5 - 30.407,25€ (trinta mil, quatrocentos e sete euros e vinte e cinco cêntimos);
 - f. Lote 6 - 2.479,38€ (dois mil, quatrocentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos);
 - g. Lote 7 - 4.820,90€ (quatro mil, oitocentos e vinte euros e noventa cêntimos);
 - h. Lote 8 - 3.889,86€ (três mil, oitocentos e oitenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos);
 - i. Lote 9 - 335,85€ (trezentos e trinta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos);
2. O preço base, foi precedido de consulta preliminar, como previsto no artigo 35.º -A do CCP, tendo sido calculado com referência na informação recolhida através da consulta a sites e fornecedores, que continham especificações técnicas semelhantes aos produtos pretendidos, por aplicação de uma média aos preços encontrados.

Artigo 8.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:
- a) De acordo com o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo selecionar as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico”;
 - ii. “Importar um DEUCP”;
 - iii. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica de contratação mencionada no art.º 2.º;
 - iv. Selecionar o país do concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta;
 - vii. O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - viii. No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra.

- b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, mediante a apresentação dos seguintes elementos:
- i. A proposta a apresentar deve especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os seguintes atributos:
 - a. marca/modelo/referência dos bens a fornecer e ficha técnica do fabricante (documento do fabricante onde constam todas as especificações técnicas do equipamento proposto);
 - b. preço unitário por item;
 - c. preço total por item e por lote e;
 - d. preço total da proposta;
 - ii. Declaração do Prazo de Garantia por lote. Caso esta Declaração não seja entregue será considerado o prazo de garantia mínimo constante da Cláusula 8.ª do Caderno de Encargos;
- c) De acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que contenham os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincula:
- i. Se for detentor, Certificação ISO 14001 (certificação ambiental) para atividades relacionada com o objeto do contrato a celebrar, ou equivalente;
 - ii. Se for detentor, Documento comprovativo da Implementação do Sistema de ecogestão e auditoria EMAS (certificação ambiental), ou equivalente.
- d) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.
2. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, podendo os concorrentes verificar as entidades certificadoras credenciadas junto do Gabinete Nacional de Segurança (no sítio <https://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>, na listagem “Trusted List”). As assinaturas deverão ser identificadas, de forma legível, com os nomes a quem pertencem e da qualidade em que são feitas.
3. Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Tratando-se de um agrupamento concorrente, os documentos apresentados em conjunto deverão ser assinados por representantes de todas as entidades do agrupamento, através das pessoas com poderes para obrigar, ou pelo representante comum de todas as entidades

membros do agrupamento, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

5. Na proposta, o concorrente deve indicar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;
 - b) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
6. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do presente artigo, nomeadamente a ficha técnica do fabricante, onde se admite documentos em língua inglesa.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica acinGov, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, até às 23h59m do 30.º dia, a contar da data de envio do anúncio ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto nos números anteriores, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 62.º do CCP.
3. São consideradas nulas e de nenhum efeito quaisquer reservas ou condicionamentos feitos por um concorrente em quaisquer documentos que integram as propostas.

Artigo 11.º

CrITÉrio de adjudicação

1. A adjudicação será realizada lote a lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Multifator, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o Modelo de Avaliação constante no artigo 12.º do presente Programa.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função da pontuação que cada uma delas tiver no fator preço (FP).
3. Caso se mantenha o empate, será adjudicada aquela que apresente o preço mais baixo para cada um dos itens seguintes, a aplicar sucessivamente, pela ordem apresentada, enquanto se verifique o empate, e por lote:

Ordem Itens	Lote 1	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8
1.º Item	1.5	4.5	5.1	6.1	7.4	8.1
2.º Item	1.3	4.3	5.2	6.2	7.2	8.2
3.º item	1.4	4.4	5.3		7.5	

4. Caso se mantenha o empate, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
- Ter certificação ISO 14001 (certificação ambiental) para atividades relacionada com o objeto do contrato a celebrar, ou equivalente;
 - Ter implementado o Sistema de ecogestão e auditoria EMAS (certificação ambiental), ou equivalente;
5. Caso se mantenha o empate, será realizado um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
- Com o Relatório Final, o Júri notifica os concorrentes graduados em primeiro lugar com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
 - A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada;
 - Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do Júri do procedimento presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
 - Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 12.º

Modelo de Avaliação

- A adjudicação será efetuada segundo a proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Multifator da melhor relação qualidade-preço, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, segundo o modelo de avaliação seguidamente detalhado, aplicado lote a lote:
 - Fator Preço (FP) – ponderação de 80 (oitenta) %;
 - Prazo de Garantia (PG) – ponderação de 20 (vinte) %.

A fórmula de cálculo da Classificação Final (CF) da proposta é a seguinte:

- Classificação Final (CF) = (80% x FP) + (20% x PG)**

Em que,

A. Fator Preço (FP) – 80%

Fatores e Coeficiente de Ponderação	<p>Escala de Pontuação para cada Lote da Proposta</p> <p>Fator Preço</p>
Fator Preço (FP)	<p>FP: arredondado a 2 casas decimais, com o valor mínimo de 0 e máximo de 100;</p> $FP = 50 + \left[\left(\frac{V_{max} - VP}{V_{max} - V_{min}} \right) \right] \times 50$ <p> V_{max} = Valor Máximo a considerar para a pontuação = Valor Base € do lote V_{min} = 50% de V_{max} VP = Valor da proposta Se $VP < V_{min}$, então $FP = 100$ Se $FP < 0$, então $FP = 0$ </p>

B. Prazo de Garantia (PG) – 20%

Fatores e Coeficiente de Ponderação	<p>Escala de Pontuação para cada Lote da Proposta</p> <p>Prazo de Garantia</p>												
Prazo de Garantia (PG)	<p>PG: arredondado a 2 casas decimais, com o valor mínimo de 0 e máximo de 100;</p> <p>A pontuação do PG é atribuída de acordo com a seguinte tabela:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Intervalo em anos</th><th>Pontuação</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maior ou igual a 5 anos</td><td>100</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 4 anos e inferior a 5 anos</td><td>60</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 3 anos e inferior a 4 anos</td><td>40</td></tr> <tr> <td>Maior ou igual a 2 anos e inferior a 3 anos</td><td>20</td></tr> <tr> <td>Inferior a 2 anos</td><td>0</td></tr> </tbody> </table>	Intervalo em anos	Pontuação	Maior ou igual a 5 anos	100	Maior ou igual a 4 anos e inferior a 5 anos	60	Maior ou igual a 3 anos e inferior a 4 anos	40	Maior ou igual a 2 anos e inferior a 3 anos	20	Inferior a 2 anos	0
Intervalo em anos	Pontuação												
Maior ou igual a 5 anos	100												
Maior ou igual a 4 anos e inferior a 5 anos	60												
Maior ou igual a 3 anos e inferior a 4 anos	40												
Maior ou igual a 2 anos e inferior a 3 anos	20												
Inferior a 2 anos	0												

Artigo 13.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

- O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa (cfr. Anexo II do CCP);

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no art.º 83.º-A do CCP;
 - c) Certidão de Registo Comercial ou documento legalmente equivalente.
2. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no artigo 2.º do presente Programa de Concurso, a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior.
 3. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no n.º 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
 4. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
 5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 6. No caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, o adjudicatário possui mais 5 dias, após notificação da deteção das referidas irregularidades, para supressão das mesmas.

Artigo 15.º

Caução

Não será exigida a prestação de caução uma vez que o preço contratual será inferior a 500.000,00€, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Artigo 16.º

Agrupamento adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo.

Artigo 17.º

Prazo de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **120 dias** a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 18.º

Possibilidade de Adoção de Ajuste Direto

Fica prevista a possibilidade de Adoção de Ajuste Direto, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP.

Artigo 19.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se revelar omissivo no presente Programa de Procedimento e se não mostrar incompatível com o Clausulado e especificidades do mesmo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 14.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo II do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º